



Parágrafo único. Para efeito do cumprimento do disposto no **caput**, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da ANP ficam autorizadas a celebrar transação nos processos movidos contra a União, respeitados, como máximos, os valores fixados no § 2º do art. 7º.

Art. 9º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Marcio Fortes de Almeida
Francisco Gomide

LEI Nº 10.454, DE 13 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE, de que trata a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica remida a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE de que trata o art. 32 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001:

I - nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2002, que tenha como fato gerador a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videofonográficas com fins comerciais, por segmento de mercado a que forem destinadas; e

II - nos meses de janeiro e fevereiro de 2002, que incida sobre o pagamento, o crédito, o emprego, a remessa ou a entrega, aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, de importâncias relativas a rendimento decorrente da exploração de obras cinematográficas e videofonográficas ou por sua aquisição ou importação, a preço fixo.

Art. 2º O inciso V do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Imprensa Nacional
http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO
Coordenadora de Jornais Oficiais
Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

V - obra cinematográfica brasileira ou obra videofonográfica brasileira: aquela que atende a um dos seguintes requisitos:

a) ser produzida por empresa produtora brasileira, observado o disposto no § 1º, registrada na ANCINE, ser dirigida por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de 3 (três) anos, e utilizar para sua produção, no mínimo, 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de 5 (cinco) anos;

c) ser realizada, em regime de co-produção, por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, em associação com empresas de outros países com os quais o Brasil não mantenha acordo de co-produção, assegurada a titularidade de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos direitos patrimoniais da obra à empresa produtora brasileira e utilizar para sua produção, no mínimo, 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de 3 (três) anos." (NR)

Art. 3º O art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, e dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

"Art. 1º

XII - minissérie: obra documental, ficcional ou de animação produzida em película ou matriz de captação digital ou em meio magnético com, no mínimo, 3 (três) e no máximo 26 (vinte e seis) capítulos, com duração máxima de 1.300 (um mil e trezentos) minutos;

XIII - programadora: empresa que oferece, desenvolve ou produz conteúdo, na forma de canais ou de programações isoladas, destinado às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação, que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem que sejam gerados e transmitidos por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação;

XIV - programação internacional: aquela gerada, disponibilizada e transmitida diretamente do exterior para o Brasil, por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação, pelos canais, programadoras ou empresas estrangeiras, destinada às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem;

XV - programação nacional: aquela gerada e disponibilizada, no território brasileiro, pelos canais ou programadoras, incluindo obras audiovisuais brasileiras ou estrangeiras, destinada às empresas de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comunicação que transmitam sinais eletrônicos de som e imagem, que seja gerada e transmitida diretamente no Brasil por empresas sediadas no Brasil, por satélite ou por qualquer outro meio de transmissão ou veiculação;

XVI - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária: aquela cuja matriz original de captação é uma película com emulsão fotossensível ou matriz de captação digital, cuja destinação é a publicidade e propaganda, exposição ou oferta de produtos, serviços, empresas, instituições públicas ou privadas, partidos políticos, associações, administração pública, assim como de bens materiais e imateriais de qualquer natureza;

XVII - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira: aquela que seja produzida por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, observado o disposto no § 1º, realizada por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de 3 (três) anos, e que utilize para sua produção, no mínimo, 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de 5 (cinco) anos;

XVIII - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior: aquela, realizada no exterior, produzida por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, observado o disposto no § 1º, realizada por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no Brasil há mais de 3 (três) anos, e que utilize para sua produção, no mínimo, 1/3 (um terço) de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de 5 (cinco) anos;

XIX - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada: aquela que não atende o disposto nos incisos XVII e XVIII, adaptada ao idioma português ou às condições e necessidades comerciais ou técnicas de exibição e veiculação no Brasil;

XX - obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira de pequena veiculação: aquela que seja produzida por empresa produtora brasileira registrada na ANCINE, observado o disposto no § 1º, realizada por diretor brasileiro ou estrangeiro residente no País há mais de 3 (três) anos, e que utilize para sua produção, no mínimo, 2/3 (dois terços) de artistas e técnicos brasileiros ou residentes no Brasil há mais de 3 (três) anos e cuja veiculação esteja restrita a Municípios que totalizem um número máximo de habitantes a ser definido em regulamento;

XXI - claquete de identificação: imagem fixa ou em movimento inserida no início da obra cinematográfica ou videofonográfica contendo as informações necessárias à sua identificação, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 1º Para os fins do inciso V deste artigo, entende-se por empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital total e votante seja de titularidade direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

§ 2º Para os fins do disposto nos incisos XVII, XVIII e XX deste artigo, entende-se por empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, cuja maioria do capital seja de titularidade direta ou indireta de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 5 (cinco) anos, os quais devem exercer de fato e de direito o poder decisório da empresa.

§ 3º Considera-se versão de obra publicitária cinematográfica ou videofonográfica, a edição ampliada ou reduzida em seu tempo de duração, realizada a partir do conteúdo original de uma mesma obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária, e realizada sob o mesmo contrato de produção." (NR)

Art. 4º O inciso III do art. 2º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

III - programação e distribuição de obras audiovisuais de qualquer origem nos meios eletrônicos de comunicação de massa sob obrigatória e exclusiva responsabilidade, inclusive editorial, de empresas brasileiras, qualificadas na forma do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, com a redação dada por esta Lei.

....." (NR)

Art. 5º O art. 21 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 21

Parágrafo único. No caso de obras cinematográficas e videofonográficas publicitárias, a marca indelével e irremovível de que trata o **caput** e nas finalidades ali previstas deverá constar na claquete de identificação." (NR)

Art. 6º O art. 28 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. Toda obra cinematográfica e videofonográfica brasileira deverá, antes de sua exibição ou comercialização, requerer à ANCINE o registro do título e o Certificado de Produto Brasileiro - CPB.

§ 1º No caso de obra cinematográfica ou obra videofonográfica publicitária brasileira, após a solicitação do registro do título, a mesma poderá ser exibida ou comercializada, devendo ser retirada de exibição ou ser suspensa sua comercialização, caso seja constatado o não pagamento da CONDECINE ou o fornecimento de informações incorretas.

§ 2º As versões, as adaptações, as vinhetas e as chamadas realizadas a partir da obra cinematográfica e videofonográfica publicitária original devem ser consideradas, juntamente com esta, um só título, para efeito do pagamento da CONDECINE." (NR)

Art. 7º O parágrafo único do art. 24, o art. 25 acrescido do seguinte parágrafo único, e os arts. 29 e 31, todos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24



Parágrafo único. As obras cinematográficas e videofonográficas estrangeiras estão dispensadas de cópia-
gem obrigatória no País até o limite de 6 (seis) cópias, bem
como seu material de promoção e divulgação nos limites
estabelecidos em regulamento." (NR)

"Art. 25. Toda e qualquer obra cinematográfica
ou videofonográfica publicitária estrangeira só poderá ser
veiculada ou transmitida no País, em qualquer segmento de
mercado, após pagamento da Contribuição para o Desen-
volvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CON-
DECINE, de que trata o art. 32.

Parágrafo único. A adaptação de obra cinema-
tográfica ou videofonográfica publicitária deverá ser reali-
zada por empresa produtora brasileira registrada na AN-
CINE, de acordo com o regulamento." (NR)

"Art. 29. A contratação de direitos de explo-
ração comercial, de licenciamento, produção, co-produção,
exibição, distribuição, comercialização, importação e ex-
portação de obras cinematográficas e videofonográficas em
qualquer suporte ou veículo no mercado brasileiro, deverá
ser informada à ANCINE, previamente à comercialização,
exibição ou veiculação da obra, com a comprovação do
pagamento da CONDECINE para o segmento de mercado
em que a obra venha a ser explorada comercialmente.

Parágrafo único. No caso de obra cinematográfica
ou videofonográfica publicitária, deverá ser enviado à AN-
CINE, o resumo do contrato firmado entre as partes, con-
forme modelo a ser estabelecido em regulamento." (NR)

"Art. 31. A contratação de programação ou de
canais de programação internacional, pelas empresas pres-
tadoras de serviços de comunicação eletrônica de massa
por assinatura ou de quaisquer outros serviços de comu-
nicação que transmitam sinais eletrônicos de som e ima-
gem, deverá ser sempre realizada através de empresa bra-
sileira qualificada na forma do § 1º do art. 1º da Medida
Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, com a
redação dada por esta Lei, ainda que o pagamento dos
montantes a esta referentes seja feito diretamente à em-
presa estrangeira pela empresa brasileira que se respon-
sabilizará pelo conteúdo da programação contratada, ob-
servando os dispositivos desta Medida Provisória e da le-
gislação brasileira pertinente.

....." (NR)

Art. 8º O art. 33 da Medida Provisória nº 2.228-1,
de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º :

"Art. 33

§ 3º A CONDECINE referente às obras cinema-
tográficas e videofonográficas publicitárias será devida uma
vez a cada 12 (doze) meses para cada segmento de mercado
em que a obra seja efetivamente veiculada." (NR)

Art. 9º A tabela "d" relativa ao art. 33, inciso I,
da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, constante
do Anexo I daquela Medida Provisória, passa a vigorar com a redação
constante do Anexo I desta Lei.

Art. 10. O Anexo I da Medida Provisória nº
2.228-1, de 6 de setembro de 2001, na parte relativa ao inciso II do
art. 33 da citada Medida Provisória, passa a vigorar com as tabelas
"a", "b", "c" e "d", constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 11. O caput e os incisos do art. 36 da
Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a
vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. A CONDECINE deverá ser recolhida
à ANCINE, na forma do regulamento:

I - na data do registro do título para os mercados de
salas de exibição e de vídeo doméstico em qualquer suporte, e
serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura
para as programadoras referidas no inciso XV do art. 1º da
Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, em
qualquer suporte, conforme Anexo I;

II - na data do registro do título para o mercado
de serviços de radiodifusão de sons e imagens e outros
mercados, conforme Anexo I;

III - na data do registro do título ou até o pri-
meiro dia útil seguinte à sua solicitação, para obra cine-
matográfica ou videofonográfica publicitária brasileira,
estrangeira ou estrangeira adaptada para cada segmento de
mercado, conforme Anexo I;

IV - na data do registro do título, para o mercado
de serviços de radiodifusão de sons e imagens e de comu-
nicação eletrônica de massa por assinatura, para obra cine-
matográfica e videofonográfica nacional, conforme Anexo I;

V - na data do pagamento, crédito, emprego ou re-
messa das importâncias referidas no parágrafo único do art. 32;

VI - na data da concessão do certificado de
classificação indicativa, nos demais casos, conforme Ane-
xo I." (NR)

Art. 12. O art. 37 da Medida Provisória nº
2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do
seguinte § 2º, passando o parágrafo único a ser § 1º :

"Art. 37

§ 1º A pessoa física ou jurídica que promover a
exibição, transmissão, difusão ou veiculação de obra ci-
nematográfica ou videofonográfica que não tenha sido ob-
jeto do recolhimento da CONDECINE responde solidaria-
mente por essa contribuição.

§ 2º A solidariedade de que trata o § 1º não se aplica
à hipótese prevista no parágrafo único do art. 32." (NR)

Art. 13. O art. 38 e seu parágrafo único da
Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passam a
vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. A administração da CONDECINE, in-
clusive as atividades de arrecadação, tributação e fisca-
lização, compete à:

I - Secretaria da Receita Federal, na hipótese do
parágrafo único do art. 32;

II - ANCINE, nos demais casos.

Parágrafo único. Aplicam-se à CONDECINE,
na hipótese de que trata o inciso I do caput, as normas do
Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972." (NR)

Art. 14. O art. 39 da Medida Provisória nº
2.228-1, de 6 de setembro de 2001, fica acrescido dos seguintes
incisos VII, VIII, IX e X e dos seguintes §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º,
passando o seu parágrafo único a ser § 1º e os seus incisos III, IV e
VI a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39

III - as chamadas dos programas e a publicidade
de obras cinematográficas e videofonográficas veiculadas
nos serviços de radiodifusão de sons e imagens, nos ser-
viços de comunicação eletrônica de massa por assinatura e
nos segmentos de mercado de salas de exibição e de vídeo
doméstico em qualquer suporte, bem como as versões com
diminuição do tempo de exibição ou substituição, apenas,
do objeto anunciado ou letreiros, as adaptações, as vinhetas
e as chamadas realizadas a partir de uma mesma obra
cinematográfica ou obra videofonográfica publicitária;

IV - as obras cinematográficas ou videofono-
gráficas publicitárias veiculadas em Municípios que to-
talizam um número de habitantes a ser definido em re-
gulamento;

.....

VI - as obras audiovisuais brasileiras, produ-
zidas pelas empresas de serviços de radiodifusão de sons e
imagens e empresas de serviços de comunicação eletrônica
de massa por assinatura, para exibição no seu próprio se-
gmento de mercado ou quando transmitida por força de lei
ou regulamento em outro segmento de mercado, observado
o disposto no parágrafo único, exceto as obras audiovisuais
publicitárias;

VII - o pagamento, o crédito, o emprego, a
remessa ou a entrega aos produtores, distribuidores ou in-
termediários no exterior, das importâncias relativas a ren-
dimentos decorrentes da exploração de obras cinema-
tográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou im-
portação a preço fixo, bem como qualquer montante re-
ferente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de
direitos, referentes à programação, conforme definição
constante do inciso XV do art. 1º ;

VIII - obras cinematográficas e videofonográ-
ficas publicitárias brasileiras de caráter beneficente, filan-
trópico e de propaganda política;

IX - as obras cinematográficas e videofonográ-
ficas incluídas na programação internacional de que trata o
inciso XIV do art. 1º, quanto à CONDECINE prevista no
inciso I, alínea d do art. 33;

X - a CONDECINE de que trata o parágrafo
único do art. 32, referente à programação internacional, de
que trata o inciso XIV do art. 1º, desde que a progra-
madora beneficiária desta isenção opte por aplicar o valor
correspondente a 3% (três por cento) do valor do pa-
gamento, do crédito, do emprego, da remessa ou da en-
trega aos produtores, distribuidores ou intermediários no
exterior, das importâncias relativas a rendimentos ou re-
muneração decorrentes da exploração de obras cinema-
tográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou
importação a preço fixo, bem como qualquer montante

referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma
de direitos, em projetos de produção de obras cinema-
tográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e
curta metragens de produção independente, de co-produção
de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras
de produção independente, de telefilmes, minisséries, do-
cumentais, ficcionais, animações e de programas de te-
levisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de pro-
dução independente, aprovados pela ANCINE.

.....

§ 2º Os valores correspondentes aos 3% (três
por cento) previstos no inciso IX deverão ser depositados
na data do pagamento, do crédito, do emprego, da remessa
ou da entrega, aos produtores, distribuidores ou interme-
diários no exterior, das importâncias relativas a rendimen-
tos decorrentes da exploração de obras cinematográficas e
videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a
preço fixo, em conta de aplicação financeira especial no
Banco do Brasil, em nome do contribuinte.

§ 3º Os valores não aplicados na forma do in-
ciso IX, após 270 (duzentos e setenta) dias de seu depósito
na conta de que trata o § 2º, destinar-se-ão à ANCINE,
para aplicação em programas e projetos de fomento à pro-
dução, distribuição e exibição de obras cinematográficas e
videofonográficas de produção independente.

§ 4º Os valores previstos no inciso IX não po-
derão ser aplicados em obras audiovisuais de natureza pu-
blicitária.

§ 5º A liberação dos valores depositados na
conta de aplicação financeira especial fica condicionada à
integralização de pelo menos 50% (cinquenta por cento)
dos recursos aprovados para a realização do projeto.

§ 6º Os projetos produzidos com os recursos de
que trata o inciso IX poderão utilizar-se dos incentivos
previstos na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e na Lei
nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, limitado a 95%
(noventa e cinco por cento) do total do orçamento apro-
vado pela ANCINE para o projeto." (NR)

Art. 15. A alínea a do inciso II do art. 40 da
Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40.

II -

a) obras audiovisuais destinadas ao segmento de
mercado de salas de exibição que sejam exploradas com
até 6 (seis) cópias;

III - (revogado)." (NR)

Art. 16. O art. 3º da Lei nº 8.685, de 20 de julho
de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os contribuintes do Imposto de Renda
incidente nos termos do art. 13 do Decreto-Lei nº 1.089,
de 1970, alterado pelo art. 2º desta Lei, poderão beneficiar-se
de abatimento de 70% (setenta por cento) do imposto de-
vido, desde que invistam no desenvolvimento de projetos
de produção de obras cinematográficas brasileiras de longa
metragem de produção independente, e na co-produção de
telefilmes e minisséries brasileiros de produção indepen-
dente e de obras cinematográficas brasileiras de produção
independente." (NR)

Art. 17. O art. 60 da Medida Provisória nº
2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar acrescido do
seguinte § 4º :

"Art. 60.

§ 4º Os veículos de comunicação que veicu-
larem cópia ou original de obra cinematográfica ou obra
videofonográfica publicitária, sem que conste na claquete
de identificação o número do respectivo registro do título,
pagarão multa correspondente a 3 (três) vezes o valor do
contrato ou da veiculação." (NR)

Art. 18. O art. 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho
de 1993, modificada pela Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996,
passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 2º Os projetos a que se refere este artigo de-
verão atender cumulativamente aos seguintes requisitos:



I - contrapartida de recursos próprios ou de terceiros correspondente a 5% (cinco por cento) do orçamento global aprovado, comprovados ao final de sua realização;

II - limite do aporte de recursos objeto dos incentivos de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada incentivo previsto no art. 1º e art. 3º desta Lei, podendo os mesmos ser utilizados concomitantemente;

III - apresentação do projeto para aprovação da ANCINE, conforme regulamento.

§ 3º Os investimentos a que se refere este artigo não poderão ser utilizados na produção de obras audiovisuais de natureza publicitária.

§ 4º A liberação de recursos fica condicionada à integralização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos aprovados para realização do projeto.

§ 5º A utilização dos incentivos previstos nesta Lei não impossibilita que o mesmo projeto se beneficie de recursos previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, desde que enquadrados em seus objetivos, limitado o total destes incentivos a 95% (noventa e cinco por cento) do total do orçamento aprovado pela ANCINE." (NR)

Art. 19. O art. 5º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, modificado pelo art. 51 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Os valores não aplicados na forma do art. 1º no prazo de 48 (quarenta e oito) meses contado da data do início do primeiro depósito na conta de que trata a alínea *a* do § 1º do art. 4º, e no caso do art. 3º após 180 (cento e oitenta) dias de seu depósito na conta de que trata a alínea *b* do § 1º do art. 4º, destinar-se-ão à ANCINE, para aplicação em programas e projetos de fomento à produção, distribuição e exibição de obras cinematográficas e videofonográficas de produção independente." (NR)

Art. 20. Os demais artigos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, alterada pela Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996, e as demais tabelas de valores da CONDECINE constantes de seu Anexo I permanecem inalterados.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Sérgio Silva do Amaral
Francisco Weffort
Pedro Parente

ANEXO I

Art. 33, inciso I:

d) MERCADO DE SERVICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DE MASSA POR ASSINATURA QUANDO SE TRATAR DE PROGRAMAÇÃO NACIONAL DE QUE TRATA O INCISO XV DO ART 1º (exceto obra publicitária)

- obra cinematográfica ou videofonográfica de até 15 minutos	R\$ 200,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica de duração superior a 15 minutos e até 50 minutos	R\$ 500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica de duração superior a 50 minutos	R\$ 2.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica seriada (por capítulo ou episódio)	R\$ 450,00

Art. 33, inciso II:

a) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA BRASILEIRA FILMADA NO EXTERIOR PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 28.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior, para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 20.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior, para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 6.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior, para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 3.500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior, para o mercado de salas de exibição	R\$ 3.500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira filmada no exterior para outros segmentos de mercado	R\$ 500,00

b) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA ESTRANGEIRA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 84.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 70.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 10.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 6.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para o mercado de salas de exibição	R\$ 6.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira para outros segmentos de mercado	R\$ 1.000,00

c) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA ESTRANGEIRA ADAPTADA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 50.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 45.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 8.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 5.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para o mercado de salas de exibição	R\$ 5.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária estrangeira adaptada para outros segmentos de mercado	R\$ 800,00

d) OBRA CINEMATOGRAFICA OU VIDEOFONOGRÁFICA PUBLICITÁRIA BRASILEIRA PARA EXIBIÇÃO EM CADA SEGMENTO DE MERCADO

- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira com pagamento simultâneo para todos os segmentos de mercado	R\$ 1.500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira, para o mercado de serviços de radiodifusão de sons e imagens	R\$ 1.000,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira, para o mercado de serviços de comunicação eletrônica de massa por assinatura, quando incluída em programação nacional	R\$ 500,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira, para o mercado de vídeo doméstico, em qualquer suporte	R\$ 300,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira, para o mercado de salas de exibição	R\$ 300,00
- obra cinematográfica ou videofonográfica publicitária brasileira para outros segmentos de mercado	R\$ 100,00

LEI Nº 10.455, DE 13 DE MAIO DE 2002

Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima."(NR)

Art. 2º (VETADO)

Brasília, 13 de maio de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Miguel Reale Júnior

LEI Nº 10.456, DE 13 DE MAIO DE 2002

Institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, a ser comemorado no dia 26 de maio de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Barjas Negri

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 4.177, DE 28 DE MARÇO DE 2002(*)

Transfere para a Corregedoria-Geral da União as competências e as unidades administrativas da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Justiça que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam transferidas da estrutura da Casa Civil da Presidência da República para a da Corregedoria-Geral da União a Secretaria Federal de Controle Interno e a Comissão de Coordenação de Controle Interno.

Parágrafo único. Os direitos e as obrigações da Secretaria Federal de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República ficam transferidos para a Secretaria Federal de Controle Interno da Corregedoria-Geral da União.

Art. 2º Ficam transferidas para a Corregedoria-Geral da União as competências de controle interno e auditoria pública da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 3º Ficam transferidas para a Corregedoria-Geral da União as competências de ouvidoria-geral do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não abrange as competências de ouvidoria-geral de direitos humanos.

Art. 4º A Casa Civil da Presidência da República, a Corregedoria-Geral da União, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adotarão, até o dia 10 de maio de 2002, as providências necessárias à efetivação das transferências de que trata este Decreto, bem como para a adequação das estruturas regimentais dos órgãos envolvidos.

Parágrafo único. No período de que trata o **caput** o Ministério da Fazenda continuará prestando apoio logístico à Secretaria Federal de Controle Interno.